## ÍNDICE

TEO	RIA GE	RAL		1
1.1	EVOL	UÇÃO HIS	TÓRICA E CONCEITO	1
1.2	FONT	ES		5
1.3	<b>EMPR</b>	ESÁRIO E	EMPRESA	7
	1.3.1	Atividade	s de natureza intelectual	11
	1.3.2	Atividade	intelectual como elemento de empresa	12
1.4	REGIS	TRO DO I	EMPRESÁRIO	15
1.5	CAPAC	CIDADE PA	RA O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE EMPRE-	
				18
1.6	ESTAE	BELECIME	ENTO EMPRESARIAL	20
	1.6.1	Aviament	o e clientela	24
	1.6.2	Ponto Em	presarial	26
1.7			ARIAL	31
1.8				35
1.9	LIVRO	S EMPRE	SARIAIS	40
1.10	PROPE	RIEDADE	INDUSTRIAL	45
			erais	45
			histórica e legislação brasileira	47
	1.10.3	Patente		48
		1.10.3.1	Invenção e modelo de utilidade	49
		1.10.3.2	Patenteabilidade	50
		1.10.3.3	Direito de prioridade	51
		1.10.3.4	Procedimento para concessão da patente	52
		1.10.3.5	Vigência da patente	53
		1.10.3.6	Cessão e licenças	53
		1.10.3.7	Licenciamento compulsório	54
		1.10.3.8	Extinção da patente	54
		1.10.3.9	Empregado, empregador e o direito à	
			patente	55
	1.10.4	Registro		56
		1.10.4.1	Marcas	56
		1.10.4.2	Requisitos para a concessão do registro	
			de marca	57



			1.10.4.3	Marca de alto renome e marca notoria-	
				mente conhecida	60
			1.10.4.4	Direito de prioridade	61
			1.10.4.5	Legitimidade para requerer o registro	
				de marca	61
			1.10.4.6	Direitos concedidos ao titular do regis-	
				tro da marca	62
			1.10.4.7	Prazo de vigência	63
			1.10.4.8	Extinção do registro da marca	64
			1.10.4.9	Desenho industrial	64
				Legitimidade para requerer o registro de	
				desenho industrial	65
			1.10.4.11	Requisitos para concessão do registro de	
				desenho industrial	65
			1.10.4.12	Direito de prioridade	66
				Direitos concedidos ao titular do registro	
				de desenho industrial	66
			1.10.4.14	Prazo de vigência	67
				Extinção do registro de desenho indus-	
				trial	68
	DIRE	CITO SO	OCIETÁRIO		
	, DOD				
	ARTE		~~		
(				UAIS	69
	2.13				69
		2.1.1		es de pessoas e de capitais	71
		2.1.2		es simples e empresárias	72
		2.1.3		es personificadas e despersonificadas	74
		2.1.4		es de responsabilidade ilimitada, limitada	
					74
	2.2			ÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA	75
	2.3			M ESPÉCIE	79
	2.4	SOCIE		ÃO PERSONIFICADAS	79
		2.4.1		em Comum	79
		2.4.2	Sociedade	em Conta de Participação	82
	2.5			ERSONIFICADAS	84
		2.5.1		simples	84
				Do contrato social	86
				Dos direitos e obrigações dos sócios	87
			2.5.1.3	Deliberações	89
			0 E 1 4	Administração	00



		2.5.1.5	Atos ultra vires, excesso de poder e teo-	
			ria da aparência	91
		2.5.1.6	Responsabilidade dos administradores.	94
		2.5.1.7	Indelegabilidade do cargo e destituição.	94
		2.5.1.8	Responsabilidade dos sócios pelas obri-	
			gações da sociedade simples	95
		2.5.1.9	Falecimento do sócio e direito de reti-	
			rada	97
		2.5.1.10	Exclusão do sócio	99
		2.0.1.10	2.5.1.10.1 Exclusão judicial por justa	
			causa	99
			2.5.1.10.2 Exclusão judicial por incapa-	33
				99
			cidade superveniente	
			2.5.1.10.3 Exclusão de pleno direito	100
		0 = 1 11	2.5.1.10.4 Liquidação da quota	100
	0 = 0	2.5.1.11	Dissolução	
	2.5.2		em Nome Coletivo	
	2.5.3		em Comandita Simples	
	2.5.4	Sociedade		
		2.5.4.1	Noções gerais	106
		2.5.4.2	Responsabilidade limitada dos sócios	
			pelas obrigações sociais	
		2.5.4.3	Regência supletiva	
		2.5.4.4	Quotas sociais	
		2.5.4.5	Administração	
		2.5.4.6	Conselho Fiscal	116
		2.5.4.7	Deliberações dos sócios	117
		2.5.4.8	Aumento do capital social	122
		2.5.4.9	Redução do capital social	123
		2.5.4.10	Resolução da sociedade em relação a	
			sócios minoritários	125
		2.5.4.11	Da dissolução	126
	2.5.5		0	
		13		
PARTE	П			
		POR ACÕE	ES	129
3.1			ÔNIMA	
0.1	3.1.1		histórica	
	3.1.2		rais. Características	
	3.1.3		ocial	
	3.1.4		ias Abertas e Fechadas	
	3.1.5		obiliários	
	0.1.0	valures IVI	UDIIIai iUS	104



	3.1.5.1	Ações		135
		3.1.5.1.1	Ações ordinárias	136
		3.1.5.1.2	Ações preferenciais	
		3.1.5.1.3		138
		3.1.5.1.4		139
		3.1.5.1.5	Ações nominativas registra-	
			das e nominativas escriturais	139
		3.1.5.1.6	Valor das ações	
		3.1.5.1.7	Diluição da participação so-	
			cietária x diluição do valor	
			patrimonial das ações	142
		3.1.5.1.8	Indivisibilidade das ações e	
		0.1.0.1.0	negociação com as próprias	
			ações	144
		3.1.5.1.9	Constituição de direitos reais	
		0.1.0.1.0	and the second s	146
		3 1 5 1 10	Resgate, amortização e reem-	110
		0.1.0.1.10		147
	3.1.5.2	Partes hen		148
	3.1.5.3			149
	0.1.0.0	3.1.5.3.1	Noções gerais	149
		3.1.5.3.2	Vencimento, amortização e	110
		0.1.0.0.2	resgate	150
		3.1.5.3.3	Dos direitos conferidos aos	100
		0.1.0.0.0		151
		3.1.5.3.4		151
		3.1.5.3.5		152
		3.1.5.3.6		153
		3.1.5.3.7	Assembleia de debenturistas	
	3.1.5.4		subscrição	
3.1.6			panhia	156
0.1.0	3.1.6.1		io mediante subscrição públi-	100
	0.1.0.1		io mediante subscrição publi	156
	3.1.6.2			157
	3.1.6.3			158
3.1.7	Acionista			
0.1.7	3.1.7.1			159
	3.1.7.2		tegralizar e o acionista remis-	100
	0.1.7.2			160
	3.1.7.3			161
	3.1.7.4			163
	0.1.7.4	Directo de l	/ULU	100



	3.1.7.5	Abuso do direito de voto e conflito de	
		interesses	
	3.1.7.6	Acionista controlador	165
3.1.8	Acordo de	acionistas	169
	3.1.8.1	Noções gerais	169
	3.1.8.2	Espécies de acordo de acionistas	170
	3.1.8.3	Execução específica e autotutela do acor-	
		do	173
3.1.9	Assemble	ia-Geral	176
	3.1.9.1	Noções gerais	176
	3.1.9.2	Convocação	177
	3.1.9.3	Quorum de instalação	178
	3.1.9.4	Quorum de deliberação	179
	3.1.9.5	Ata da assembleia	181
	3.1.9.6	Assembleia-Geral Ordinária	181
	3.1.9.7	Assembleia-Geral Extraordinária	182
	3.1.9.8	Acionista dissidente	182
3.1.10	Administr	adores	185
	3.1.10.1	Conselho de Administração	186
		3.1.10.1.1 Composição	186
		3.1.10.1.2 Voto múltiplo	186
		3.1.10.1.3 Eleição em separado	187
		3.1.10.1.4 Competência	188
	3.1.10.2	Diretoria	188
		3.1.10.2.1 Composição	188
		3.1.10.2.2 Representação	189
	3.1.10.3	Deveres dos administradores	189
	3.1.10.4	Responsabilidade dos administradores.	191
	3.1.10.5	Ação de responsabilidade	195
3.1.11	Conselho	Fiscal	198
3.1.12	Modificaçã	ão do Capital Social	199
	3.1.12.1	Noções gerais	199
	3.1.12.2	Intangibilidade do capital social	200
		Aumento do capital social	201
	3.1.12.4	Direito de preferência	202
	3.1.12.5	Redução do capital social	203
		ações financeiras	
		Lucro	
		Reservas	
		Dividendos	
3.1.14	Dissolução	o, Liquidação e Extinção	207
	3.1.14.1	Dissolução	207



			Liquidação Extinção	
	3 1 15		e de economia mista	
			ia integral	
			do poder de controle	
			prescrição	
3.2	SOCIE	EDADE EN	I COMANDITA POR AÇÕES	215
			***************************************	
PARTE	III			
OPERA	ÇÕES :	SOCIETÁR	IAS E CONTRATOS ASSOCIATIVOS	217
4.1	TRANS	SFORMAÇ	ÃO, INCORPORAÇÃO, FUSÃO E CISÃO .	217
	4.1.1		nação	
	4.1.2	Incorpora	ıção, Fusão e Cisão	218
		4.1.2.1	Incorporação	
		4.1.2.2	Fusão	
		4.1.2.3	Cisão	
		4.1.2.4	Direitos dos credores na incorporação,	
			fusão e cisão	221
4.2	GRUP	O DE SOC	IEDADES	223
4.3	CONS	ÓRCIO		224
5. TÍTU			0	
5.1			S	
5.2			CONÔMICA	
5.3	PRINC			
	5.3.1		de	
	5.3.2	Cartulario	dade ou incorporação	229
	5.3.3	Autonomi	a	230
	5.3.4		)	
	5.3.5		lidade de exceções pessoais	
5.4			CAMBIAIS	
5.5			MBIAIS	
5.6			E CIVIL X SOLIDARIEDADE CAMBIAL	
5.7			DOS TÍTULOS DE CRÉDITO	
5.8			ÉDITO NO CÓDIGO CIVIL	
5.9	LETRA	A DE CÂME	3IO	239
	5.9.1		S	
	5.9.2			
	5.9.3	Aceite		241
	5.9.4			
		5.9.4.1	Endosso x Cessão Civil	248
	595	Aval		249



	5.9.6	Vencimento	253
	5.9.7	Pagamento	253
		5.9.7.1 Pro soluto x pro solvendo	254
	5.9.8	Protesto	257
5.10	AÇÃO (	CAMBIAL	259
	5.10.1	Prescrição	260
	5.10.2	Defesas Cambiais	263
5.11	NOTA F	PROMISSÓRIA	265
5.12	CHEQU	JE	268
	5.12.1	Espécies de cheque	268
	5.12.2	Prazo para apresentação	270
	5.12.3	Prazo para liquidação	
	5.12.4	Cheque pós-datado (pré datado)	272
	5.12.5	Sustação	273
	5.12.6	Protesto do cheque	
	5.12.7	Ações cambiais do cheque	275
5.13	DUPLIC	CATAS	
	5.13.1	Características	278
	5.13.2	Espécies de duplicata	279
	5.13.3	Requisitos	280
	5.13.4	Remessa para aceite	280
	5.13.5	Aceite na duplicata	282
	5.13.6	Endosso	283
	5.13.7	Aval	284
	5.13.8	Vencimento	284
	5.13.9	Protesto	
	5.13.10	Desmaterialização das duplicatas	287
	5.13.11	Prescrição	288
	5.13.12	Duplicata simulada	289
RECU	JPERAÇ	ÃO DE EMPRESAS E FALÊNCIAS	291
6.1		DUÇÃO	
6.2		VAÇÃO LEGAL	
6.3		E O MINISTÉRIO PÚBLICO	
6.4		ISTRADOR JUDICIAL	
6.5		BLEIA-GERAL DE CREDORES	
6.6		Ê DE CREDORES	
6.7		CAÇÃO DE CRÉDITOS	
6.8		ERAÇÃO JUDICIAL	
	6.8.1	Noções gerais	
	6.8.2	Legitimidade ativa	
	6.8.3	Créditos alcançados pela recuperação judicial	313



	6.8.4	Meios de recuperação judicial	314
	6.8.5	Pedido de recuperação	317
	6.8.6	Processamento da recuperação judicial	319
	6.8.7	Plano de recuperação	
	6.8.8	Apreciação do plano de recuperação pelos credo-	
		res	
	6.8.9	Certidões tributárias e concessão da recuperação	
		judicial	324
	6.8.10	Cram down - Imposição judicial do plano de recu-	
		peração	325
	6.8.11	Sentença que concede a recuperação judicial	327
	6.8.12	Cumprimento do plano de recuperação	327
	6.8.13	Gestor judicial	328
	6.8.14	Encerramento da recuperação judicial	330
	6.8.15	Plano especial de recuperação judicial. Micro e	
		pequenas empresas	330
	6.8.16	Convolação da recuperação judicial em falência.	332
6.9	FALÊNO	CIA	
	6.9.1	Universalidade e indivisibilidade do juízo da fa-	
		lência	335
	6.9.2	Vencimento antecipado das obrigações do falido.	337
	6.9.3	Responsabilidade dos sócios na falência da socie-	
		dade empresária	338
	6.9.4	Credores extraconcursais	340
	6.9.5	Credores concursais	341
		6.9.5.1 Trabalhista	341
		6.9.5.2 Com garantia real	342
		6.9.5.3 Tributário	342
		6.9.5.4 Comprivilégio especial	343
		6.9.5.5 Com privilégio geral	344
		6.9.5.6 Quirografários	344
		6.9.5.7 Subquirografários	345
		6.9.5.8 Subordinados	345
	6.9.6	Pedido de restituição e embargos de terceiro	345
	6.9.7	Do pedido de falência. Procedimento e hipóteses	
		de cabimento	347
		6.9.7.1 Impontualidade	348
		6.9.7.2 Execução frustrada	
		6.9.7.3 Atos de falência	352
		6.9.7.3.1 Liquidação precipitada de ati-	
		vos	353



		6.9.7.3.2	Realização de negócio simula-	
		00700		353
		6.9.7.3.3	Transferência do estabeleci-	050
		60724	mento empresarial a terceiro.	
		6.9.7.3.4	Transferência simulada do	
		60725	principal estabelecimento	
		6.9.7.3.3	Concessão de garantia real a	
		60796	credor	
			Abandono de estabelecimento	
		6.9.7.3.7	Descumprimento do plano de	
000	D11		recuperação	
6.9.8			rocesso de falência	
	6.9.8.1		icial	
			Autofalência	357
		6.9.8.1.2	Falência requerida pelo cre-	
	0000	D 16	dor	
	6.9.8.2		as no processo de falência	
	6.9.8.3		elisivo	
	6.9.8.4		ade para requerer falência	
			Autofalência	362
		6.9.8.4.2	Legitimados para requerer a fa-	000
	0005	Ct	lência do empresário	
	6.9.8.5		falimentar	
	6.9.8.6 6.9.8.7		al da falência	365
	6.9.8.7		ias determinadas pela senten-	000
	0000		1-	
	6.9.8.8		cabíveis	368
	6.9.8.9		ão em caso de improcedência	000
000	T 1 . 11.4		de falência	
6.9.9			sarial	
6.9.10			do falido	
6.9.11			da custódia de bens	371
6.9.12			ão da falência sobre as obriga-	050
0010				372
6.9.13			em relação aos contratos do	0=0
0011				
6.9.14			dos pelo falido	
6.9.15			oancárias	
6.9.16			alência	
6.9.17			dade	
6.9.18			obre as dívidas do falido	
6.9.19	Ineficáci	a e revoga	ção de atos do falido	376



		6.9.19.1 Atos ineficazes (art. 129 da LREF)	378
		6.9.19.2 Atos revogáveis (art. 130 da LREF)	380
		6.9.19.3 Procedimento	382
	6.9.20	Realização do Ativo	382
	6.9.21	Pagamento aos credores	384
	6.9.22	Encerramento da falência	386
	6.9.23	Extinção das obrigações do falido	387
	6.10 RECUP	ERAÇÃO EXTRAJUDICIAL	388
	6.10.1	Créditos excluídos da recuperação extrajudicial.	389
	6.10.2	Procedimento da recuperação extrajudicial	389
	6.10.3	Processamento do pedido de homologação do pla-	
		no de recuperação extrajudicial	391
I	BLIOGRAFIA		393